

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE BACABAL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS - SOCIOLOGIA

SILVANA MARTINS SOUSA

INDIVIDUALISMO E SOLIDARIEDADE EM “CONTINGÊNCIA, IRONIA E
SOLIDARIEDADE” DE RICHARD RORTY.

Bacabal

2019

SILVANA MARTINS SOUSA

INDIVIDUALISMO E SOLIDARIEDADE EM “CONTINGÊNCIA, IRONIA E
SOLIDARIEDADE” DE RICHARD RORTY.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Ciências Humanas, da Universidade
Federal do Maranhão, Campus III, para obtenção do
Grau de Licenciado em Ciências Humanas com
Habilitação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. João Caetano Linhares

Bacabal

2019

SILVANA MARTINS SOUSA

INDIVIDUALISMO E SOLIDARIEDADE EM “CONTINGÊNCIA, IRONIA E SOLIDARIEDADE” DE RICHARD RORTY.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, Campus III, para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Humanas com Habilitação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. João Caetano Linhares

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Caetano Linhares (UFMA)

Prof. Dr. Jorge Luiz Feitoza Machado (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Hellen Maria de Oliveira Lopes (UFMA)

Dedico este trabalho ao meu pai, minha mãe e ao meu marido por estarem sempre presentes e me apoiando para a efetivação das minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças nas horas mais difíceis da minha caminhada.

Agradeço à minha família, por desejarem o meu sucesso e estarem sempre torcendo por mim.

Aos meus colegas e minhas amigas que conquistei durante o curso.

A todos os meus professores da Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacabal.

A meu orientador Professor. Dr. João Caetano Linhares por ter compartilhado seus conhecimentos para que eu tivesse um bom resultado.

RESUMO

Neste trabalho abordaremos o conceito de crueldade, partindo da análise de uma obra literária como ferramenta estrutural da postura moral do sujeito, dada como obediência a princípios universais, através das situações vividas pelos personagens do romance intitulado “Lolita”, que trataremos das concepções trazidas por Rorty para a construção de uma nova filosofia que reconsidera o conceito de moralidade. Como aponta Rorty a filosofia deve interpretar o tempo presente, que reconheça sua própria fragilidade, liberdade, risco, a partir da literatura é possível desenvolver um aprendizado filosófico voltado para a aproximação das leituras construindo e reforçando o lado reflexivo e analítico daquilo que parece externo, mas que permite relacionar com questões tão presentes e envolventes. Rorty apresenta uma reflexão sobre o termo crueldade numa visão pragmatista, ressaltando o antiessencialismo onde coloca que os seres humanos só podem ser descritos e compreendidos a partir das relações que estabelecem com outras pessoas e com os objetos, então o ser humano age em obediência às suas próprias convicções, não existindo critérios externos que possam mudar uma prática.

Palavra-chave: Filosofia, Crueldade, Moralidade.

ABSTRACT

In this work we will discuss the concept of cruelty, starting from the analysis of a literary work as a structural tool moral posture of the subject, given as obedience to universal principles, is through the situations experienced by the characters of the novel titled "Lolita," which treat of the concepts brought by Rorty for the construction of a new philosophy that reconsiders the concept of morality. As Rorty philosophy should interpret points the present time, you recognize your own fragility, freedom, risk, from the literature it is possible to develop a philosophical learning focused on reading approach building and reinforcing the reflective and analytical side of what seems external, but that allows to relate with issues so present and immersive. Rorty introduces a reflection on the term cruelty in a vision pragmatist, noting the antiessentialism where to put those humans can only be described and understood from the relationship.

Keywords: Philosophy, Cruelty, Morality.

INTRODUÇÃO

Dentre os diversos temas trabalhados por Richard Rorty, aquele escolhido para a nossa discussão foi o conceito de crueldade, que é bastante marcante em sua filosofia. Um conceito que delimita um estilo próprio capaz de demonstrar o lado controverso aos demais pensadores. Richard Rorty nasceu no dia 4 de outubro de 1931, na cidade de Nova Iorque. Considerado um dos pensadores mais controversos e influentes de seu tempo, Richard Rorty formou-se na *University of Chicago* e obteve seu doutorado em *Yale*. Foi docente em *Princeton* e na *University of Virginia*. Fundamentado em Dewey, desenvolveu um pragmatismo todo seu e considerava a si próprio um liberal burguês romântico. Entre suas obras destacam-se “A filosofia e o espelho da natureza” e “Pragmatismo e política”. Ele cresceu em *Achieving Our Country*, na “Esquerda reformista e anticomunista no meio do século”, dentro de um círculo que combinava antistalinismo com ativismo social esquerdista. Em 1946, Rorty foi para a Universidade de Chicago para um departamento de filosofia. Depois de se graduar em 1949 Rorty continuou em Chicago para completar seu mestrado em 1952.

Rorty apresenta uma filosofia racional, cercada de criticidade e curiosidade, reportada ao tempo presente, possibilitando a redescrição de nossas vidas. Essa redescrição é possível através da mudança de vocabulários aliada à mudança de práticas sociais, criando assim outra pessoa. Entretanto, Rorty admite que os vocabulários, ainda que privados, podem ser depositários das esperanças compartilhadas. Esperança, por exemplo, em não sofrer humilhação, quando se entende que nossa suscetibilidade à humilhação e a dor são encarados por Rorty como nosso único vínculo social necessário, nisso consistindo o eixo de sua ideia de solidariedade.

Rorty procura nos levar a uma percepção otimista e melhorada de nós mesmos, afirma simplesmente: “crueldade é a pior coisa que podemos praticar”. Em primeiro lugar trataremos do lugar que o individualismo ocupa nos trabalhos de Richard Rorty, apontando suas principais argumentações, demarcando as diferenças entre sua cultura literária e a filosofia tradicional. Em

seguida, procuramos discutir a redescrição rortyana da pequena crueldade, através da análise de uma obra literária intitulada Lolita, uma ficção que nos indica a cegueira que certos indivíduos têm em relação ao sofrimento dos outros. Rorty tenta mostrar que uma obra literária caracterizada como romance pode repassar uma mensagem moral e não somente o estético, dramatizando a tensão entre a ironia privada e a esperança liberal.

Também procuramos abordar a ideia de Rorty sobre a esperança de uma solidariedade social, partindo da questão de sua crítica a respeito do papel da filosofia colocando seu pragmatismo em prática, defendendo que nada adianta tentar explicar o que é o bem, a verdade e não trazer resultados na prática para todos. A filosofia atua somente no campo das argumentações e os estudiosos tentam deter a verdade como se estivessem em um campo de batalha pelo conhecimento puro e idealizador.

A solidariedade para Rorty começa no reconhecimento do outro, o outro como parte do mesmo grupo, contrapondo a ideia de que a solidariedade seria um fenômeno que expressasse um núcleo humano essencial. A solidariedade depende de semelhanças e dessemelhanças facilmente identificáveis entre indivíduos e grupos.

1- INDIVIDUALISMO EM RORTY: O IRONISTA LIBERAL

Rorty define o “ironista” como alguém que satisfaz três condições: a) tem dúvidas radicais e contínuas sobre o vocabulário final que usa atualmente por ter sido marcado por outros vocabulários, vocabulários tomados como finais por pessoas ou livros com que ele deparou; b) percebe que a argumentação enunciada em seu vocabulário atual não consegue corroborar nem desfazer essas dúvidas; c) na medida em que filosofa sobre sua situação, essa pessoa não acha que seu vocabulário esteja mais próximo da realidade do que outros, que esteja em contato com uma forma que não seja ele mesmo.

Rorty criticava a posição politizada dos intelectuais caracterizando estas pessoas de “ironistas” devido à divisão estabelecida por eles das coisas,

que seriam levadas a parecer boas ou más, e não considerarem que os termos são passíveis de mudança e ao mesmo tempo contingentes. O ironista é uma figura nominalista e historicista, isto é, como afirma Rorty, estes não consideram que nada tem uma natureza intrínseca, uma essência real, e passam o tempo preocupado com a possibilidade de se haver iniciado na tribo errada, de ter sido ensinado a jogar o jogo de linguagem incorreto. Na sociedade liberal ideal, os intelectuais continuariam a ser ironistas, mas não os não intelectuais. Estes últimos, entretanto, seriam nominalistas e historicistas pelo senso comum. Assim, ver-se-iam como inteiramente contingentes, sem sentirem qualquer dúvida particular sobre as contingências que eles porventura aplicassem.

A figura intelectual conhecida como ironista liberal é a resposta peculiar de Rorty a ofensiva política individualista que vem tentando (quase sempre de modo bastante infeliz e desajeitado, é bem verdade), pelo menos desde Platão, modelar a autoimagem dominante na cultura, de modo a que a disseminação do todo social tenha o valor que precisa ter, quando vista a partir das perspectivas dos indivíduos que o compõem. (CARVALHO FILHO, 2006, p.137).

Rorty defende que o ironismo não deve ser hostil à democracia e a solidariedade, somente a uma forma histórica de solidariedade – a que crê em uma natureza humana imutável, e não aceita a ideia de uma ordem “teórica” de hierarquização das coisas, que mostre uma superiorização do público sobre o privado ou vice-versa. O ironista liberal representa a figura paradoxal que Rorty acredita que seja uma solução de compromisso entre o público (solidariedade) e o privado (a autocriação privada) o que ajudaria abandonar a busca de uma “natureza humana comum” entre os homens. Rorty pressupõe que o ironismo liberal demonstra uma atitude exemplar e tem o direito de projetar uma sociedade e ser universalizado, com uma dupla escolha combinada entre indivíduo e sociedade.

Mas do ponto de partida anti-individualista, mesmo que inovadora essa metáfora ainda se encontra no âmbito do ponto de partida da discussão entre individualismos e coletivismos. Sob a aparência de uma “solução”, o que se vê, de fato, é a recolocação do problema já

nosso conhecido como “nó górdio” – a “insuperável separação” (em vez de oposição) de indivíduo e sociedade. Uma solução que, por não romper com o predomínio da figura hegemônica da individualidade individualista, exige que se valorizem as duas coisas ao mesmo tempo em que se mantem como duas coisas distintas, separadas de forma decidida. (CARVALHO FILHO, 2006, p.145).

De acordo com as posições de Rorty em relação à oposição política clássica entre comunidade e liberdade, ele se posiciona a favor do valor individualista da dominância valorativa da liberdade sobre a comunidade, afirmando que há no mínimo uma tensão à primeira vista entre a ideia de que os seres humanos são simples vocabulários encarnados. A ideia de que todos tem a obrigação primordial de reduzir crueldade, de igualar os seres humanos com respeito a seu risco de sofrimento, parece presumir que há algo nos seres humanos que merece respeito e proteção, independentemente da linguagem que eles falem. Sugere que uma capacidade não linguística, a capacidade de sentir dor, é o que importa, e que as diferenças vocabulares são muito menos importantes.

Em oposição aos ironistas Rorty apresenta os metafísicos, os quais ele denomina como donos do senso comum, com vocabulários finais que descrevem e julgam as crenças, os atos e a vida dos que empregam vocabulários finais alternativos. Os metafísicos nos dizem que, a menos que haja algum tipo de vocabulário primitivo comum, não temos “razão” para não ser cruéis com aqueles cujos vocabulários finais são muito diferentes dos nossos, segundo ele quando se questiona o senso comum, seus adeptos reagem a principio, generalizando e explicitando as regras do jogo de linguagem que estão acostumados a jogar. O senso comum para ele não redescreve, mas, analisa antigas descrições com a ajuda de outras descrições antigas.

A principal diferença entre metafísicos e ironistas é que os ironistas tem consciência da contingencia de seu vocabulário, vocabulário que para o metafísico se mostra um vocabulário imutável. Rorty consegue a partir da diferenciação da concepção de vocabulário propor a união entre vários vocabulários, para criar um vocabulário final estático, o que garantiria uma “realização poética”, feita pelo individuo, sem a necessidade de seguir critérios

prévios. Rorty define que o ironista não pode arranjar-se sem o contraste entre o vocabulário final que herdou e aquele que tenta criar para si mesmo. A ironia, se não intrinsecamente ressentida, é ao menos reativa. Os ironistas tem que ter algo de que duvidar, algo de que possam se alienar.

A filosofia ironista defendida por Rorty é uma filosofia essencialmente privada o que dificultaria a contribuição para as discussões importantes no âmbito das temáticas da liberdade e da igualdade, em termos de essência ou universalidades, mas aponta um caminho que leva o uso destes vocabulários em prol das esperanças compartilhadas, para ficar mais claro o entendimento de Rorty é preciso destacar que no seu pensamento, o único vínculo social necessário é a suscetibilidade à humilhação e à dor, enquanto o metafísico considera que o aspecto moralmente relevante dos outros seres humanos é sua relação com um poder maior - a racionalidade, Deus, a verdade ou a história, por exemplo -, o ironista considera que a definição moralmente relevante de uma pessoa, de um sujeito moral, é ser “algo passível de ser humilhado”. O ironista lhes diz que a linguagem que falam esta aí posta em questão por ele e por outros como ele. Há nessa afirmação algo de potencialmente muito cruel. É que a melhor maneira de causar um sofrimento duradouro às pessoas é humilha-las, fazendo com que as coisas que lhes parecem mais importantes se afigurem fúteis, obsoletas e impotentes. Rorty nos dar o exemplo da ridicularização das posses de uma criança quando aquilo de mais precioso para ela é redescrita como “porcarias” e jogadas no lixo, o mesmo pode acontecer com a cultura primitiva dominada por outra mais avançada e também pode acontecer com os não intelectuais na presença de intelectuais.

A filosofia ironista poderia contribuir para uma esperança que o indivíduo não sofra humilhação, em resposta a pergunta “que é que humilha”, pois o ironista liberal quer apenas que nossas probabilidades de sermos bons, de evitarmos humilhar o outro, sejam ampliadas pela redescritção. Seu senso de solidariedade humana baseia-se no sentimento de um perigo comum, e não de uma posse comum ou de um poder compartilhado.

A redescritção pode ser colocada para fins privados e para fins públicos, quando abarca os objetivos privados, usa termos que não tem a ver com a postura de quem redescrive perante o sofrimento real ou possível, o ironista liberal precisa de toda a familiaridade imaginativa possível com vocabulários finais alternativos, não só para sua própria edificação, mas para compreender a humilhação real e potencial das pessoas que usam esses vocabulários finais alternativos.

Para fins públicos, não importa que o vocabulário de todos seja diferente, desde que haja superposição suficiente para que todos tenham algumas palavras com que expressar a desejabilidade de entrar nas fantasias de outras pessoas, assim como nas próprias. Porém, essas palavras superpostas - termos como “bondade”, “honradez” ou “dignidade” – não forma um vocabulário que todos os seres humanos possam alcançar mediante a reflexão sobre sua natureza. O que importa para o ironista não é descobrir essa razão, mas certificar-se de notar o sofrimento quando ele ocorre. Sua esperança é não ser limitado por seu próprio vocabulário final ao deparar com a possibilidade de humilhar alguém de vocabulário final muito diferente.

2- O PROBLEMA DA CRUELDADE: A PEQUENA E A GRANDE

Rorty trás para sua discussão sobre crueldade as contingências idiossincráticas que produzem fantasias idiossincráticas, os livros concernentes aos modos como podemos evitar a crueldade social ou individual são comumente contrastados como livros dotados de uma “mensagem moral”, com aqueles cujos objetivos, em vez disso, são “estéticos”. As pessoas que dão prioridade ao moral costumam distinguir entre uma faculdade humana essencial – a consciência moral – e uma faculdade opcional extra, o “gosto estético”. As que dão prioridade ao estético, o centro do eu é tudo como o desejo de autonomia do ironista, o desejo de uma espécie de perfeição que nada tem a ver com suas relações com as outras pessoas.

Rorty analisará a “consciência moral” e o “gosto” como feixes de crenças e desejos idiossincráticos, e não como “faculdades” com objetos

determinados. Ele faz isso porque quer traçar uma distinção entre a pertinência à autonomia e a pertinência à crueldade.

O máximo que um ironista liberal pode se aproximar de reconstruir a distinção-padrão entre moral e o estético, quando aplicada aos livros, é separando os livros que dão novos estímulos à ação dos que oferecem um simples relaxamento. Os primeiros sugerem que o leitor deve modificar sua vida (num aspecto significativo ou insignificante). Os últimos não levantam essa questão: levam o leitor para um mundo sem questionamentos.

Rorty cita os metafísicos como não capazes de considerar os livros como sendo uma obra séria de filosofia, transmitindo uma mensagem moral, isso porque para eles os livros devem fornecer meios para se chegar aos fins tipicamente formulados. A única ligação que conseguem discernir entre obras e ficções a moral é da ordem da “inspiração” - tais livros lembram ao indivíduo seu dever e o incentivam cumpri-lo. Tal incompreensão da ironia é uma das razões porque é difícil convencer os metafísicos liberais de que alguns autores que dão prazer ao pequeno grupo de leitores que capta suas alusões, e que não são relevantes para a esperança liberal podem, ainda assim, serem figuras imponentes, capazes de mudar a direção do pensamento filosófico. Também é difícil convencer os metafísicos liberais do valor dos livros que nos ajudam a evitar a crueldade não por nos advertirem contra a injustiça social mas por nos advertirem contra as tendências para a crueldade que são inerentes às buscas de autonomia.

Rorty aborda os livros de Vladimir Nabokov e George Orwell, pois os dois alertam o intelectual ironista liberal contra as tentações a ser cruel. Ambos dramatizam a tensão entre a ironia privada e a esperança liberal.

Rorty critica a posição de Nabokov e Orwell, os classifica em grupos diferentes de escritores o primeiro está entre aqueles que acreditam na perfeição privada. Servir à liberdade humana é uma meta perfeitamente razoável. O segundo não faz sentido tentar atribuir graus a essas buscas diferentes numa mesma escala, criando espécies artificiais chamadas “literatura”, “arte” ou “escrita” e tampouco faz sentido sutilizá-las.

Não existe algo chamado “o objeto de teorizar”. Infelizmente, tanto Orwell quanto Nabokov enredaram-se em tentativas de excomungar pessoas com talentos e interesses diferentes dos deles. O ponto comum aos dois escritores está no sentido de que a crueldade, e não a criação de si mesmo é seu tema central. Nabokov e Orwell foram liberais políticos, no sentido lato do termo, compartilharam mais ou menos o mesmo credo político e as mesmas reações aos mesmos eventos políticos, os dois satisfazem o critério do liberal proposto por Judith Shklar: alguém que acredita que a crueldade é a pior coisa que fazemos.

Nabokov escreveu sobre crueldade a partir de uma perspectiva interna, ajudando-nos a ver de que modo a busca privada do deleite estético produz crueldade. Orwell, na maioria dos textos escreveu sobre crueldade a partir de uma perspectiva externa do ponto de vista das vítimas.

Nabokov acha que a “bondade” é algo irracionalmente concreto, algo a ser captado pela imaginação, e não pelo intelecto. Ele inverte a linha dividida de Platão, de tal modo que a *eikasia* e não o *nous* transforma-se na faculdade do conhecimento moral.

A capacidade nabokoviana de sentir pena dos outros era tão grande quanto a capacidade de sentir pena de si mesmo. Nabokov parece nunca ter sofrido uma perda pela qual se culpasse, nunca ter se desprezado, suspeitado ou duvidado de si mesmo. Não precisou lutar pela autonomia, fundir de sua alma uma consciência moral na forja de sua alma, buscar um vocabulário final feito por ele mesmo. Foi um herói para seus pais e para si mesmo, um homem de muita sorte. Todavia, o outro lado dessa capacidade de deleite era a impossibilidade de suportar a ideia da dor intensa. Há uma segunda razão, porém, que precisa ser levada em conta, trata-se de que Nabokov parece nunca ter-se permitido sentir esperança na sociedade. Era filho de um famoso estadista liberal que foi assassinado quando o escritor tinha vinte e dois anos.

Em seu livro os personagens Humbert Humbert e Charles Kimbote são figuras centrais de Nabokov sobre crueldade, um tipo especial de crueldade de que são capazes os que também são capazes de deleite. Esses livros são reflexões sobre a possibilidade de existirem assassinos sensíveis,

estetas cruéis, poetas impiedosos – mestres da imagística que se contentam em transformar a vida de outros seres humanos em imagens numa tela, simplesmente sem notar que essas outras pessoas sofrem.

Fica claro por sua autobiografia que a única coisa realmente capaz de abater Nabokov era o medo de ser ou ter sido cruel. Mais especificamente, o que ele tinha pavor, era simplesmente não haver notado o sofrimento de alguém com quem tivesse estado em contato.

Humbert, nas palavras de Nabokov, é “um miserável fútil e cruel, que consegue parecer tocante” e o consegue por ser capaz de escrever tão bem quanto Nabokov. Esse personagem dramatiza de um modo como nunca fora dramatizado até então, a forma particular de crueldade com que Nabokov mais se preocupava, a incuriosidade.

Na visão de Rorty, Nabokov tenta encaixar uma filosofia moral ad hoc e implausível, assim como tenta encaixar a imortalidade metafísica na expressão “outros estados do ser”, que utiliza para definir o “deleite estético”. Se a curiosidade e a ternura são as marcas do artista, se ambos são inseparáveis do êxtase de tal modo que, quando estão ausentes, não há deleite possível, então, afinal, não há distinção entre o estético e o moral. O dilema do esteta liberal está resolvido.

Tudo o que se faz necessário para agir bem é fazer aquilo que os artistas são bons, notar as coisas que a maioria das outras, não nota, ter curiosidade sobre o que os outros presumem como fatos corriqueiros, enxergar a iridescência momentânea, e não apenas a estrutura formal subjacente. O artista curioso e sensível será o modelo da moral, porque será o único que sempre repara em tudo.

Essa visão, mais uma vez, é um platonismo às avessas, Platão estava certo em dizer que conhecer o bem é fazê-lo, mas forneceu a razão errada. Achava que “conhecer o bem” era uma questão de aprender uma ideia geral quando, na verdade, conhecer o bem é apenas intuir o que importa para as outras pessoas, qual é a sua imagem do bem, é notar se elas pensam no

bem como algo redondo, cremoso e ruborizado, ou, talvez como algo em forma de prisma, parecido como uma joia reluzente.

Contudo Nabokov sabia muito bem que o êxtase e a ternura não apenas são separáveis, como tendem a impedir um ao outro. Ele sabia muito bem que a busca de autonomia é discrepante dos sentimentos de solidariedade. Sua filosofia moral parentética só seria sólida se fosse verdade que, como diz Humbert, “os poetas nunca matam”. Nosso autor gostaria que as quatro características que compõem a arte fossem inseparáveis, mas tem de enfrentar o fato desagradável de que os escritores podem obter e produzir êxtase ao mesmo tempo que se mostram sem curiosidade sobre as pessoas cujas vidas lhes fornecem material.

Nabokov gostaria, desesperadamente, que os dons artísticos bastassem à virtude moral, mas sabe que não há ligação entre a curiosidade contingente e seletiva do artista autônomo e o projeto político de seu pai, a criação de um mundo em que a ternura e a bondade sejam a norma humana. Assim, cria personagens que são extasiados e cruéis, atentos e desapiedados poetas que são apenas seletivamente curiosos, obsessivos que são tão sensíveis quanto são insensíveis.

3- SOLIDARIEDADE FUNDAMENTADA A PARTIR DO INDIVIDUALISMO EM RICHARD RORTY.

Em defesa de uma solidariedade pautada em um vocabulário final historicamente contingente, Rorty afirma que existe um progresso moral e que esse progresso se dá, de fato, em direção à maior solidariedade humana, mas essa solidariedade não é vista como o reconhecimento de um eu nuclear- a essência humana – em todos os seres humanos.

Ao contrário dos filósofos de inclinações fundacionistas, os pragmatistas fundam o que se entende por objetividade na solidariedade, por isso não precisam de uma epistemologia no sentido tradicional, ou seja, como busca de uma realidade (verdade) não humana. Para Rorty, solidariedade é um conceito etnocêntrico, pois não se fundamenta em nenhuma natureza humana. Não faz

sentido, segundo ele, falarmos em humanidade em contraposição à desumanidade. A solidariedade nada mais seria do que uma identificação entre indivíduos mais ou menos próximos, que se reconhecem como fazendo parte de um mesmo grupo. (Oliveira, 2012, pág. 73’).

Rorty acredita que os filósofos que negam a existência de um “eu nuclear”, ficam impossibilitados de invocar a ideia que faltaria a todos eles um componente essencial para um ser humano pleno, e que somente a contingência e a oposição à ideia como “essência”, “natureza” e “fundamentos” torna impossível conservar a ideia de que certos atos e atitudes são naturalmente “desumanos”.

Para fundamentar ainda mais seu pensamento Rorty critica que haja uma pureza da moral, quando afirma que nossas responsabilidades para com o outro constituem apenas a faceta pública de nossa vida, uma faceta que compete com nossas afeições pessoais e nossas tentativas, privada de autocriação, e que não tem prioridade automática sobre essas ações privadas. Rorty, então exemplifica como aconteceria a relação das nossas afeições pessoais trazendo o exemplo dos judeus - o povo judeu deveria ser salvo por serem seres humanos semelhantes? Ao indicar respostas para esta pergunta Rorty apresenta as condições específicas que motivam a salvação deste povo, primeiramente nega que qualquer pessoa seria capaz de ajuda-los, mostrando que, o povo belga não teriam motivos em correr risco para proteger os judeus, isto porque eles não mantem critérios de identificações uns com os outros, mas para os dinamarqueses e os italianos, os mesmos sendo vizinhos, estes teriam uma narrativa justificada pela aproximação, logo uma identificação, pois poderiam ser conterrâneos de Milão ou da Jutlândia, ou um membro do mesmo sindicato profissional, ou um colega de jogo de bocha, ou alguém que também era pai ou mãe de filhos pequenos (RORTY, 2008).

Alargar a solidariedade é alargar o senso de comunidade. E permitir que as falas das pessoas diferentes possam ser ouvidas e sentidas. Existe um rompimento com a polarização entre o nós e o eles. Nós, companheiros de hábitos, crenças e valores em contraste com eles que possuem outro sistema de hábitos, crenças e valores. Adotar uma atitude solidária é justamente parar para ouvir o outro. Identificar as similitudes e diferenças dos comportamentos. Assim somos

levados a imaginar que a dor e a humilhação alheia poderiam ser para o grupo social que vivo e mantenho relações de confiança. (BARRETO, 2013. p87).

Rorty mostra os exemplos para ficar claro que nosso sentimento de solidariedade é algo relacionado diretamente quando aqueles que nos solidarizamos são vistos como “um de nós”, expressão em que “nós” significa algo menor e mais local do que a raça, humana, as similaridades são importantes para que as pessoas demonstrem um sentimento de solidariedade. Rorty considera pouco convincente para um ato generoso a semelhança apenas pelo fato de ser um ser humano, não é suficiente para as pessoas se mobilizem para ajudar o outro.

Rorty assume uma postura condizente que os sentimentos de solidariedade são, necessariamente, uma questão das semelhanças e dessemelhanças que nos impactam como salientes, e que essa saliência é função de um vocabulário final historicamente contingente.

É claro que ao adotar a estratégia de colocar-se para fora do campo dos “fundamentos”, a Rorty só resta pedir à filosofia moral tradicional que renuncie à sua pretensão universalística, em favor de noções de solidariedade mais ligadas ao concreto e o local, noções que ele pensa serem muito mais passíveis de aperfeiçoamento a partir das descrições empíricas do que de melhores argumentos: a filosofia moral precisa abrir mão de seus tradicionais pressupostos filosóficos universalistas, a fim de realizar uma moral contingente efetiva que, não obstante pode progressivamente tornar-se mais e mais universal. (CARVALHO FILHO, 2006, p165).

Na visão de Rorty a “solidariedade humana” deve ser desvinculada dos “pressupostos filosóficos”, pois revelaria uma nova perspectiva considerando sem importância um número cada vez maior de diferenças tradicionais (de tribo, religião, raça, costume etc.), quando comparadas às semelhanças de dor e humilhação- a capacidade de pensar em pessoas extremamente diferentes de nós como incluídas na gama do “nós”. Através desta comparação fica claro que Rorty entende que a filosofia não tem a pretensão em alcançar ou contribuir para o progresso moral e que seria necessário dar espaço a outras áreas da cultura.

Rorty percebe a capacidade com que a cultura literária tem de aproximar as pessoas. Para ele, a comunidade livresca ampliou os espaços para reconhecermos nas diferenças de outros indivíduos e comunidades nossas similitudes. Mais do que teorias, a literatura e sua ampliação da sensibilidade ajudou a alargar nossa percepção dos sentimentos partilhados mesmo diante de pessoas e comunidades diferentes. Assim, realiza uma troca entre o argumento kantiano da racionalidade como princípio comum e base para deliberações morais com a identificação e afetação diante da dor e humilhação. (BARRETO, 2013, p91).

Rorty ao analisar o papel de Kant dentro do contexto da filosofia moral, percebe que o mesmo desviou-se e dificultou a percepção dos filósofos morais, pois preferiu enfatizar a racionalidade e a obrigação – especificamente a obrigação moral deixando de lado a comiseração pela dor e o remorso pela crueldade. Rorty demonstra que o erro de Kant foi criar um argumento para as decisões morais, que seria a racionalidade universal, deixou a entender que a “moral” era uma coisa distinta e o respeito à “razão”, era o núcleo comum da humanidade, como o único motivo que não era “meramente empírico”. Ao contrastar o “respeito à razão” com os sentimentos de piedade e benevolência fez com que estes últimos parecessem motivos duvidosos e de segunda categoria para não sermos cruéis.

Além da percepção de Kant sobre a questão da moral Rorty apresenta as colocações de alguns filósofos como Bernard Williams que procurou distanciar a “moral” – grosso modo, o complexo de ideias, centrado na de obrigação, que herdamos do cristianismo por intermédio de Kant-chamando-a de uma instituição peculiar e que Schneewind descreveu como básica para o tipo de filosofia moral que busca o que ele chama de “princípios primordiais clássicos”.

A resposta de Rorty é abandonar os fundamentos, mas não as obrigações. Para ele, é possível (e desejável) recusar fundamentações últimas, colocando em seu lugar os contextos empíricos sociais em que comandos normativos são gerados e mantidos. Isto é, em vez de tematizar a significância ou validade moral (em termos de um julgamento “de princípio”) de normas morais determinadas, ele se atém, basicamente, à dimensão de sua validade social. (CARVALHO FILHO, 2006, p168).

Para justificar sua posição a favor de uma distinção entre o público e o privado, Rorty recorre à visão sellarsiana das obrigações morais como “intenções nós”. Sellars reconstrói a distinção kantiana entre obrigação e benevolência de um

modo que evita a suposição de um eu central, a suposição de que “razão” é o nome de um componente presente nos outros seres humanos e cujo reconhecimento constitui a explicação da solidariedade humana. Um dos argumentos que Rorty provavelmente consolida em sua teoria através da visão sellarsiana é ver a solidariedade como algo criado em vez de encontrado, produzido no decorrer da história, e não reconhecido como um fato anistórico. Sellars identifica a “obrigação” com a “validade intersubjetiva”, podemos ter obrigações em virtude de nosso sentimento de solidariedade para com qualquer dos grupos, membros da classe milaneses, dos homens brancos, dos intelectuais ironista entre outros. Rorty aponta como ideia fundamental de Sellars a diferença estabelecida por ele entre considerando: moral e benevolência é a diferença entre a concordância intersubjetividade real ou potencial entre um grupo de interlocutores e as emoções idiossincráticas (individuais ou grupais), e que não retira a importância dos termos de abstrações como “filhos de Deus”, “humanidade” ou “ser racional” e as ideias como “verdade pela verdade” e “arte pela arte”, terem proporcionado um *focus imaginarius* e o caráter contingentemente histórico do sentimento de obrigação moral reconhecido por Nietzsche que Rorty considera confuso, mas que permite manter a ideia de solidariedade. A permanência da ideia de solidariedade mesmo sendo estimulada pelo exercício da imaginação gera possibilidades de ampliação deste sentimento, um sentido mais concreto e historicamente específico quanto possível ao “nós”, pensar na filosofia como algo que está a serviço da política democrática – como uma contribuição para a tentativa de obter o que Rawls chama de “equilíbrio reflexivo” entre nossas reações intuitivas aos problemas contemporâneos e os princípios gerais segundo os quais fomos criados. Rorty distingue a solidariedade humana compreendida como identificação com a “humanidade como tal” e a solidariedade humana compreendida como a dúvida a respeito de si mesmo que, aos poucos, no correr dos últimos séculos, foi encucada nos habitantes dos Estados democráticos – dúvida sobre sua própria sensibilidade à dor e a humilhação de outros, dúvida de que os atuais arranjos institucionais sejam suficientes para lidar com essa dor e humilhação, curiosidades sobre as alternativas possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da crítica rortyana à moral tradicional, possibilitando colocar em pauta suas ideias relacionadas à reflexão da moral individual, a linguagem e a consciência, considerando a existência das diferenças e contingências históricas, que rejeita o universalismo moral e uma “humanidade essencial”.

A filosofia moral trabalhada por Rorty é a resposta de experiências ao longo da história de onde veio e ate aonde chegamos à contraposição não muito útil de regras e condutas morais como forma concreta de agir no ambiente. Rorty pensa em uma comunidade onde o homem age moralmente, não mais em relação ao divino e ao intrínseco, mas a contingência de pessoas que por acaso se fez historicamente. Preocupa-se em reportar sua filosofia ao tempo presente e aponta como solução do compromisso entre o público e o privado, a figura do ironista liberal, o seu modelo intelectual capaz de reconhecer a contingência dos valores democráticos, dispensando os fundamentos filosóficos e opta pela democracia, com compromisso para reduzir o sofrimento, que serviria para ajudar a abandonar a busca de uma “natureza humana comum” e utilizar de sua liberdade para tomar decisões. Rorty propõe que tudo é contingente e mutável.

Na obra *Contingencia ironia e solidariedade*, objeto de pesquisa desse estudo é possível perceber que ele busca primeiramente explicar questões ligadas entre o público e o privado, pois permite que ele possa se posicionar a favor do individualismo, considerando que as pessoas têm preferências e escolhas privadas e que acabam interferindo no comportamento público, outro fator relevante abordado na obra é a proposta de um aprofundamento e alargamento da solidariedade, pensar nos outros como pensamos em nós mesmos.

O aspecto liberal trazido por ele é a crueldade, os efeitos de nossas idiosincrasias privadas sobre terceiros, os modos como determinados tipos de pessoas são cruéis com outros tipos particulares de pessoas, ele demonstra na sua obra nossas tentativas de autonomia, nossas obsessões particulares com a conquista de certo tipo de perfeição podem fazer-nos desconhecer o sofrimento e a humilhação que causamos.

O projeto filosófico de Rorty propõe uma nova cultura intelectual, o que pode ajudar em um horizonte normativo e ético para a noção do progresso moral e de uma política democrática ampliada, utilizando-se da literatura como escape para promoção de uma nova linguagem na transmissão de valores. Para Rorty a solidariedade seria mais eficiente exercitada pela imaginação do que pela ideia de uma essência comum, por isso a literatura tem um papel fundamental neste sentido, conseguindo persuadir com argumentos de proximidades que demonstrassem a “dor e a humilhação” do outro.

Faz-se necessário que a presente pesquisa continue, pois as questões apresentadas podem ser abordadas por diferentes viéses no que diz respeito principalmente a moral, que é um assunto recorrente dentro das perspectivas sociais, viver em sociedade exige que saibamos como manter as relações, e o diálogo é uma das propostas que Rorty aponta para a solução do conflito gerado entre os desejos e afeições pessoais e a responsabilidade para com o outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Flora Muniz Tucci de. **Trotsky e as orquídeas selvagens?**- uma introdução ao pensamento político de Richard Rorty. <http://era.org.br>. 2011.

BARRETO, Saulo de Tasso Russo. **Literatura para a Solidariedade**: uma proposta de Richard Rorty. João Pessoa, 2013. Tese (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba.

CARVALHO FILHO, Aldir Araújo, **Individualismo Solidário**: uma redescrição da filosofia política de Richard Rorty, Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FONTENELE, Edinalva Melo. **Por que não ser cruel?** - a redescrição rortyana da crueldade, Piauí, 2010.

FRASER, Nancy. **Solidariedade ou singularidade?** Richard Rorty entre Romantismo e tecnocracia. Ano2. n °1. Revista Redescrções- Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte Americana. 2010.

OLIVEIRA, André H.M. V, **Compaixão e Solidariedade**: Um diálogo entre Schopenhauer e Rorty, vol06, n2, Bahia, Griot Revista de Filosofia, 2012.

OLIVEIRA, Michel Baltazar. **A Tensão entre o Público e o Privado na “Auto Criação de Richard Rorty”**. Brasília, 2014.

RORTY, Richard. **Contingência, Ironia e Solidariedade**. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

SOUSA, Nayara Barros, **Rorty, R. Contingencia, Ironia e Solidariedade**, vol2, n4Piaui, Cadernos do PET Filosofia, 2011.

_____, **Uma Avaliação preliminar do diálogo entre o Pragmatismo de Richard Rorty e o Feminismo de Nancy Fraser**, vol3, n5, Cadernos do PET Filosofia, 2012.

VERGOLINO, Eduardo Barbosa. **Richard Rorty**: Relativismo ou Etnocentrismo sobre a Verdade. 2008. IV Congresso Internacional de ética e Cidadania.